

Ficha de Unidade Curricular
CURSO DE MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA

Ano letivo: 2022/2023, 2.º Semestre

Unidade Curricular

Direito da Arbitragem e da Mediação II – turno da noite.

Docente Responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular

Tiago Soares da Fonseca
1 aula semanal de 2 horas (num total, previsto, de 14 aulas)

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Não aplicável.

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Domínio teórico-prático de conhecimentos especializados em meios extrajudiciais de resolução de conflitos. Em particular, na arbitragem, quanto decisão arbitral, à impugnação e execução da decisão arbitral, na transação, e, por fim, em relação aos meios de resolução extrajudicial de conflitos de consumo.

Conteúdos programáticos

PARTE I
A DECISÃO ARBITRAL

Capítulo I
Enquadramento geral

1. Espécies
2. Natureza jurídica da decisão

3. Decisão tomada por tribunal arbitral coletivo
4. Prazo para proferir a decisão
5. Forma e conteúdo da decisão
6. Critérios de decisão
8. Encerramento do processo
9. Retificação e esclarecimento da decisão
10. Efeitos da sentença
11. Publicidade da decisão arbitral

Capítulo II
Impugnação

12. Da arbitrabilidade da impugnação da sentença arbitral
13. Recorribilidade da decisão
14. Anulação da decisão arbitral

Capítulo III
Execução

15. A decisão arbitral como título executivo
16. Tribunal competente
17. Instrução do processo
18. Execução da decisão arbitral impugnado
19. Liquidação de sentença arbitral genérica
20. Fundamentos de oposição à execução

PARTE II
A TRANSAÇÃO

Capítulo I
Direito Positivo

21. Noção e elementos
22. A transação nas classificações tradicionais dos contratos
23. Modalidades

Capítulo II
Doutrina Geral

24. Forma
25. Capacidade e representação
26. Conteúdo. Limites
 - 26.1. *A indisponibilidade do direito. Situações específicas*
 - 26.2. *A transação sobre questões respeitantes a negócios jurídicos ilícitos e ilegais*
27. Efeitos

27.1. *Inter partes*

27.2. *Efeitos relativamente a terceiros*

Capítulo III

Transação e processo

28. Processo Cível

29. Processo Arbitral

PARTE III

RESOLUÇÃO ALTERNATIVA INSTITUCIONALIZADA DE LITÍGIOS DE CONSUMO

30. Litígios de consumo. Noção

31. As Entidades de Resolução Alternativa de litígios

32. Os centros de arbitragem

33. Princípios da resolução alternativa de litígios de consumo

34. Mediação

35. Conciliação

36. Arbitragem

36.1. A convenção de arbitragem

36.2. A adesão plena

36.3. A arbitragem necessária

36.7. As regras processuais aplicáveis

36.7. Prova

36.8. A impugnação da decisão arbitral

36.9. Custos

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos percorrem vários campos problemáticos dos meios de resolução em análise. Em particular, da realização do Direito consubstanciada pela decisão arbitral e pela arbitragem institucionalizada de consumo.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

É feita uma prelação inicial introdutória pelo docente, seguida de exposições feitas pelo docente, em *power point*, acompanhando o programa, com possibilidade de debate e de intervenção dos alunos.

As aulas terão momentos expositivos e momentos práticos – predominantemente de resolução e discussão de casos debatidos em Tribunal.

Os alunos terão a possibilidade de, querendo, visitar um Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo, assistindo à realização de julgamento arbitral.

Avaliação (para além do exame escrito final obrigatório, depois de terminadas as aulas, ponderando 50% da nota):

a) Presença mínima em metade das aulas ministradas;

b) Apresentação de trabalho escrito de aprofundamento de um tema da matéria do programa.

- Mediante solicitação previa do aluno e autorização do docente, pode ser apresentado trabalho escrito fora do programa, desde que relacionado com Direito da Arbitragem e da Mediação;

- O trabalho escrito deve ser entregue, o mais tardar, na última aula do curso, em papel e também por mensagem eletrónica, em formato *word*;

- O trabalho escrito deve ter, quanto do texto, entre 9.500 e 12.000 palavras;

- O trabalho escrito deverá ser apresentado em folha A4, numerada, espaço margem inferior e superior de 2,5 cm e margem laterais de 3 cm. Quanto ao texto, deve ser no tipo de letra *campria*, tamanho 12, e espaçamento entre linhas de 1,5.

c) Intervenções orais positivas nas aulas, poderão ter tomadas em consideração, juntamente com o trabalho.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A metodologia seguida permite identificar os principais problemas jurídicos envolvidos e tratar dos temas abrangidos pelo programa, desenvolvendo as capacidades críticas e de investigação dos alunos, mediante a escolha dos temas, a preparação e seu aprofundamento por escrito.

A exposição dos temas pelo docente é um estímulo à assimilação progressiva dos conteúdos e ao exercício da capacidade (jurídica) de aplicação de normas gerais e abstratas a situações concretas, que posteriormente deverá ser aprofundado pelos alunos, tendo por referência as indicações bibliográficas disponibilizadas.

A exposição de casos práticos, com a possibilidade de intervenções, assegura o desenvolvimento e aprofundamento crítico de matérias específicas.

A apresentação de trabalho escrito, permite o aprofundamento de um aspeto da

matéria.

A realização de um exame final escrito permite consolidar a matéria e apreciar a sua apreensão, na globalidade, pelo aluno.

Bibliografia Principal¹

PARTE I - ARBITRAGEM (GERAL)

- AAVV, *Lei da Arbitragem Voluntária Anotada*, 5.^a edição, coord. Dário Moura Vicente, APA, Almedina, 2021;
- AAVV, *Lei da Arbitragem Voluntária*, coord. Mário Esteves de Oliveira, Almedina, Coimbra, 2015;
- BARROCAS, MANUEL PEREIRA, *Manual de arbitragem*, 2.^a edição, Almedina, Coimbra, 2013;
- CORDEIRO, António Menezes – *Tratado da Arbitragem*, Almedina, Coimbra, 2015²;
- MARTINEZ, Pedro Romano – "Soluções alternativas de resolução de conflitos, em especial a arbitragem", *Estudos em Memória do Prof Doutor L. Saldanha Sanches*, Coimbra Editora, 2011, pp. 859-897;
- MONTEIRO, António Pinto/SILVA, Artur Flamínio da/MIRANTE, Daniela – *Manual de Arbitragem*, Almedina, Coimbra, 2019 (reimpressão);
- OLIVEIRA, Elsa Dias – *Arbitragem voluntária: uma introdução*, Almedina, Coimbra, 2020.

PARTE II - TRANSAÇÃO

- FONSECA, Tiago Soares da – *A transação na litigância extrajudicial e judicial*, Gestlegal, Coimbra, 2018³.

PARTE III - RESOLUÇÃO ALTERNATIVA INSTITUCIONALIZADA DE LITÍGIOS DE CONSUMO

- CARVALHO, Jorge Morais/ PINTO-FERREIRA, João Pedro/CARVALHO, Joana Campos – *Manual de Resolução Alternativa de Litígios de Consumo*, Almedina, Coimbra, 2017.
- FONSECA, Tiago Soares da – *Arbitragem e mediação potestativa nos conflitos de consumo por opção do consumidor – Comentários ao artigo 14.º da Lei de Defesa do Consumidor*, Almedina, Coimbra, 2023.
- FONSECA, Tiago Soares da – "Entidades de Resolução Alternativa de Litígios de Consumo

¹ Indicativa.

² Com indicação de outros autores.

³ Com indicação de outros autores.

(Por um acesso à mediação, conciliação e arbitragem de consumo com custos para as partes)”, in *Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação*, n.º 17, pp. 175-236.

OBRAS GERAIS

- GOUVEIA, Mariana França – *Curso de resolução alternativa de litígios*, 3.ª ed., Almedina, Coimbra, 2018;
- CARVALHO, Jorge Morais/PINTO-FERREIRA, João Pedro/CARVALHO, Joana Campos – *Manual de resolução alternativa de litígios*, Almedina, Coimbra, 2017.
- GOUVEIA, Mariana França – *Curso de resolução alternativa de litígios*, 3.ª ed., Almedina, Coimbra, 2018;
- SILVA, Paula Costa e – *A nova face da justiça. Os meios extrajudiciais de resolução de controvérsias*, Coimbra Editora, 2009.

Legislação (principal)

- Lei da Arbitragem Voluntária (Lei n.º 65/2011, de 14 de dezembro);
- Lei da Mediação (Lei 29/2013, de 19 de abril);
- Código de Processo Civil (Lei n.º 41/2013, de 26 de junho);
- Código Civil (Decreto-Lei n.º 47344, de 25 de novembro de 1966);
- Lei n.º 144/2015, de 8 de setembro;
- Regulamentos dos Centros de Arbitragem de Conflito de Consumo.

FONSECA, Tiago Soares da — *Resolução alternativa de litígios de consumo (legislação, regulamentos dos centros de arbitragem)*, AAFDL Editora, Lisboa, 2022.

Sítios da Internet

<http://curia.europa.eu> - Tribunal de Justiça da União Europeia
<http://globalarbitrationreview.com/> - Global Arbitration Review
<http://investmentpolicyhub.unctad.org> - UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development)
<http://kluwarbitrationblog.com/> blog kluwarbitration
<http://kluwarbitration.com/> - Kluwer Arbitration

<http://www.arbitration-ch.org/en/home/index.html> - Swiss Arbitration Association

<http://www.arbitrage.org> - Chambre Arbitrale Internationale de Paris

<http://www.arbitragem.pt> - Associação Portuguesa de Arbitragem

<http://www.arbitration-icca.org/> - International Council for Commercial Arbitration

<http://www.centrodearbitragem.pt> - Centro de Arbitragem Comercial da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa (CAC)

<https://www.cimpas.pt/pt> - Centro de Informação, Mediação, Provedoria e Arbitragem de Seguros (CIMPAS)

<http://www.dgpi-mi-pt/sections/gral> - Gabinete de Resolução Alternativa de Litígios

<http://www.dgsi.pt> - Bases Jurídico-Documentais: IGFEJ (Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça)

<http://www.disarb.org/> - Deutsche Institution für Schiedsgerichtsbarkeit

<http://www.gafta.com/arbitration> - Gafta 's Arbitration Services

<http://www.icc-france.fr> - ICC France

<http://www.iccwbo.org> - International Chamber of Commerce

<http://www.lcia.org> - London Court of International Arbitration

<http://www.newyorkconvention.org/> - Convenção de Nova Iorque

<http://www.sccinstitute.com> - Arbitration Institute of the Stockholm Chamber of Commerce

<http://www.siac.org.sg/> - Singapore International Arbitration Centre

<http://www.uncitral.org> - UNCITRAL

<http://www.yar.com.pt/> - Young Arbitration Review

<https://www.arbitrare.pt> - Centro Arbitrare

<https://beck-online.beck.de> - Editora Beck

<https://documents-dds-ny.un.org/> - Official Documents System of the United Nations

<https://iccwbo.org/> - International Chamber of Commerce

<https://pca-cpa.org/> - Cour Permanent d'Arbitrage/ Permanent Court of Arbitration

<https://portal.oa.pt/comunicacao/publicacoes/revista> - ROA

<https://treaties.un.org> - United Nations Treaty Collection

<https://www.adr.org> - American Arbitration Association

<https://www.ibanet.org> - International Bar Association

<https://www.italaw.com/> - Italaw